

Ajuste com FMI prevê a venda do Banco do Brasil e da Caixa

Acordo deve estar concluído no final da próxima semana

Segunda parcela sai em março, após adoção de novas medidas fiscais

Washington - Os novos termos do acordo entre o Brasil e o FMI devem ser conhecidos até o final da próxima semana. Os funcionários do Governo e do FMI trabalham com a perspectiva de concluir a tarefa na quinta ou sexta-feira. Idealmente, o anúncio do novo programa será coordenado com a confirmação pelo Senado do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central.

O acordo confirmará o propósito do Governo, antecipado pelo **Jornal de Brasília** na edição do dia 7 de fevereiro, de aprofundar o programa de privatização. Fonte oficial confirmou ontem que ainda este mês deverá ser constituída uma comissão para estudar as modalidades de consolidação e privatização do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Simulações do mercado apontaram, na quinta-feira, que a Petrobras não deverá ser vendida na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Prazos

Gerar notícias positivas, que

agradem os investidores, está no centro da batalha pela reconquista da credibilidade que o Governo terá de vencer para tirar o País da crise. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quer fazer a sabatina de Fraga na Comissão de Assuntos Econômicos já na próxima semana, tão logo estejam reconstituídas as mesas das diferentes comissões para o período legislativo que está começando.

O Fundo observará o prazo habitual de pelo menos duas semanas para que seus 24 diretores-executivos examinem o novo programa brasileiro antes de discuti-lo e votá-lo. Nesse período, o Governo efetivará as medidas adicionais de ajuste fiscal e a Câmara dos Deputados fará a primeira votação do aumento da CPMF, marcada para o dia 10 de março.

A aprovação da nova CPMF já era condição para desembolsos adicionais dos crédito de US\$ 41,5 bilhões do FMI na primeira versão do acordo, que foi votada pelo "board" do FMI no início de dezembro passado. Nesse cenário, o desembolso da segunda parcela, de pouco mais de US\$ 9 bilhões, ocorrerá na segunda quinzena de março.

Mantido esse cronograma, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá visitar alguns países europeus na segunda semana de março para vender o novo programa e negociar as condições para acesso à parcela do segundo desembolso do FMI (cerca de metade) proveniente dos aportes feitos pelos 20 governos que contribuíram para o crédito.

Cortes

Segundo pessoas familiarizadas com as negociações em curso na sede do Fundo, em Washing-

ton, as conversas "estão indo muito bem" e a previsão de desembolso na segunda metade de março "é realista". O acordo será fiel aos parâmetros anunciados há pouco mais de duas semanas, em Brasília depois da visita do vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer.

O acordo conterà novas medidas fiscais para cobrir o déficit adicional gerado pela desvalorização da moeda. As medidas envolverão cortes de despesas e serão tomadas pela via administrativa, dispensando autorização prévia do Congresso. Alguns cortes de gastos serão imediatos. Outros ocorrerão a médio prazo.

Entre estes, o Governo estuda, por exemplo, a venda de propriedades federais no Rio de Janeiro e a consolidação das atividades da administração na antiga capital da República num número menor de prédios, com redução de pessoal e despesas de custeio.

Krugman

O presidente indicado do Banco Central, Armínio Fraga, informou hoje, ao desembarcar no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, que não pretende processar "formalmente" o economista norteamericano Paul Krugman, que levantou suspeitas sobre sua conduta ao ser convidado para assumir o BC. Fraga não quis fazer quaisquer outros comentários, e explicou que só vai dar declarações após a sua sabatina no Senado, necessária para sua confirmação no cargo.

Fraga foi citado num artigo de Krugman, publicado na revista eletrônica "Slate", como tendo antecipado ao megainvestidor George Soros a informação de que assumiria a presidência do Banco Central do Brasil.